

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

GLEISSY KELLY ORDONHES

**LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
uma leitura acerca de sua história**

MARINGÁ
2013

GLEISSY KELLY ORDONHES

**LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
uma leitura acerca de sua história**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Coordenação: Profa. Aline Frollini Lunardelli Lara.

Orientação: Profa. Dra. Elaine Rodrigues

MARINGÁ
2013

ORDONHES, Gleissy Kelly. **Literatura infantil no Brasil: uma leitura acerca de sua história.** 2013. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

RESUMO

Este artigo aborda questões relacionadas ao âmbito educacional brasileiro, mais precisamente ao conceito de infância e às produções literárias destinadas a este grupo. Para tanto, toma como base, para a reflexão, a produção historiográfica da educação que versa sobre a primeira república - 1889 a 1930 e ainda textos produzidos originalmente no período em estudo. O objetivo que direcionou a escrita: compreender a relação entre a “literatura infantil brasileira” e o conceito de infância, circunscrito ao período em estudo e ainda localizar historicamente as primeiras publicações literárias brasileiras destinadas ao público infantil, enfatizando a escassez inicial de materiais e, posteriormente o anseio pela produção de livros para crianças. Os resultados apontam: A valorização do ensino e a preocupação que se instalara no país com a instrução infantil trouxeram questões acerca da qualidade de materiais de leitura disponibilizados que, até então eram condizentes com a realidade europeia. Havia, assim, a necessidade de escrever literaturas afins com as crianças brasileiras e que fossem compostas pelo sentimento nacionalista que concretizou este período histórico. A educação, a formação dos professores, o ensino gratuito, as disciplinas, os livros de leitura, a história e a geografia, as noções de agronomia, a literatura infantil: todos caminhavam para uma educação moral e cívica, a fim de formar o novo cidadão brasileiro, pertencente a um Estado Republicano.

Palavras-chave: Educação, História da Educação, Infância, Primeira República.

ABSTRACT

This article discusses issues related to the Brazilian educational context, more precisely the concept of childhood and literary productions aimed at this group. To do so, taking as a basis for reflection, historical production of education which concerns the first republic - from 1889 to 1930 and still texts originally produced in the study period. The goal that guided writing: understanding the relationship between the "Brazilian children's literature" and the concept of childhood, refers to the period under study and even locate historically the first Brazilian literary publications aimed at children, emphasizing the initial shortage of materials and subsequently the yearning by producing books for children. Results indicated: Valuing education and concern that had settled in the country with the child statement brought questions about the quality of reading materials available, which until then were consistent with the European reality. Thus there was a need to write literature related to Brazilian children and they were composed by nationalist sentiment that embodied this historical period. Education, teacher training, free education, disciplines, reading books, history and geography, the notions of agronomy, children's literature: all walked for a moral and civic education in order to form the new citizen Brazilian, belonging to a Republican State.

Keywords: Education, History of Education, Childhood, First Republic.

LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: uma leitura acerca de sua história

ORDONHES, Gleissy Kelly

Este artigo tem por objetivo compreender a possível relação entre o surgimento daquilo que pela historiografia convencionou-se denominar “literatura infantil brasileira” e o conceito de infância situado no período republicano no Brasil. Trata-se de localizar historicamente as primeiras publicações literárias brasileiras destinadas ao público infantil, enfatizando a escassez inicial de materiais e, posteriormente o anseio pela produção de livros para crianças.

A passagem do século XIX para o XX foi marcada por transformações políticas, sociais e econômicas que levaram a uma nova visão de povo brasileiro, que buscava sua identidade como pátria. Esta busca pela formação da nação republicana brasileira traz uma nova preocupação com a instrução pública. A escola, nesta perspectiva, constitui-se como instância destinada a formar cidadãos que, de acordo com o contexto histórico, possuiriam um espírito cívico e patriótico e estariam inseridos em um ideal nacionalista.

Os novos olhares sobre a educação trouxeram um ideal de literatura a ser trabalhada nas escolas. O acervo literário que antes compreendia produções clássicas traduzidas, em sua maioria em Portugal o que se distanciava da língua falada no Brasil, buscava escritores brasileiros e histórias que se identificassem com o povo deste país. As características e belezas desta terra, a cultura, as crenças, o folclore e acima de tudo, o amor a pátria passaram a fazer parte do conteúdo literário desta época.

Ao longo do artigo será apresentado o surgimento dos primeiros livros infantis no Brasil, sendo estes inicialmente traduções de exemplares europeus e como se deu a criação de materiais literários escritos por brasileiros e destinados às crianças. Posteriormente, será compreendido o contexto histórico no qual o país estava inserido e os pensamentos utópicos que regiam a sociedade republicana, principalmente no que refere-se ao olhar que se tem da infância na época. Buscando estabelecer relações entre o ideário de infância neste período e as conquistas literárias infantis brasileiras.

PRIMÓDIOS DA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

As primeiras obras literárias destinadas ao público infantil, segundo os estudos de Lajolo e Zilberman (1999), apareceram na Europa em meados do século XVIII, embora na segunda metade do século anterior já houvessem histórias consideradas “apropriadas” para crianças como “Fábulas” de La Fontaine editada entre 1668 e 1694, “Contos da Mamãe Gansa” publicada por Charles Perrault em 1697 e “As Aventuras de Telêmaco” de Fénelon publicada postumamente em 1717. A este período anterior ao século XVIII, Salem (1970) denomina-o de “ensaio” para o aparecimento da literatura infantil.

No Brasil, as obras de cunho infantil apareceram após a implantação da Imprensa Régia, em 1808, aumentando o acesso à materiais impressos com revistas, jornais e livros. Porém, tais publicações foram esporádicas “e, portanto insuficientes para caracterizar uma produção literária regular para a infância” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 24).

O período entre 1889 e 1930, denominado de República velha ou Primeira República, foi marcado pela urbanização acelerada e pelas mudanças econômicas decorrentes do desenvolvimento e valorização das atividades cafeeiras. Este momento tornou-se favorável para o aparecimento da literatura infantil, pois intensifica a busca por publicações que interessem aos diversos públicos, entre eles as crianças.

Gestam-se aí as massas urbanas que, além de consumidoras de produtos industrializados, vão constituindo os diferentes públicos, para os quais se destinam os diversos tipos de publicações feitos por aqui: as sofisticadas revistas femininas, os romances ligeiros, o material escolar, os livros para crianças. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 25).

Tendo em vista o crescimento demasiado da população urbana, cria-se a necessidade de algumas reformas na educação brasileira. Quanto a isso Ribeiro (1993) destaca a Reforma de Benjamin Constant em 1890 que decretava o ensino laico e a gratuidade da escola primária. Desta forma, abriu-se espaço para novas produções literárias infantis destinadas ao ensino escolar. “Nesse contexto cultural, e no horizonte social de um país que se urbaniza e moderniza, começam a sistematizar-se os primeiros esforços para a formação de uma literatura infantil brasileira” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 27).

Nesta época marcada por transformações sociais, econômicas e culturais Coelho (1985) destaca que a classe média cresceu consideravelmente, surgindo um novo trabalhador, os “profissionais liberais”. Esta nova demanda econômica trouxe uma valorização do conhecimento, do “saber”, pois buscavam a formação e o conhecimento técnico. A modernização e os novos ideais republicanos tornaram o conhecimento da leitura e escrita como um instrumento privilegiado para o desenvolvimento social. “O processo de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças se apresenta como um momento de passagem para um novo mundo – para o Estado e para o cidadão –: o mundo público da cultura letrada” (MORTATTI; 2006, p. 3).

Com o crescimento da cultura literária nacional e a valorização do ensino, houve a preocupação com a qualidade dos materiais didáticos disponibilizados, isto é, literaturas adequadas para as crianças brasileiras, visto que a literatura encontrava-se em geral dentro das escolas, ligadas ao próprio livro didático. José Veríssimo¹ (1985), crítico que vivenciou este período nacionalista brasileiro, reivindica em seu célebre livro *A Educação Nacional* que uma das mais importantes reformas a serem feitas era a do livro de leitura.

Cumprir que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiros, o que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. (VERÍSSIMO, 1985, p. 55).

As críticas aos livros de leitura fizeram nascer um grande movimento em torno da produção de livros nacionais destinados à docência, visto que grande número dos livros utilizados nas escolas eram estrangeiros. Outro movimento desta época foi a tradução abasileirada das literaturas destinadas às crianças. A maioria dos livros infantis eram traduzidos e editados em Portugal, cujo idioma se distanciava da língua dos pequenos leitores brasileiros, considerando as distinções existentes entre a língua portuguesa falada em Portugal e no Brasil. Assim, na última década do século XIX, em 1894, no Rio de Janeiro, Figueiredo Pimentel inaugura a coleção *Biblioteca Infantil Quaresma* dedicada a oportunizar o contato das crianças

¹ José Veríssimo (1857-1916) – escritor, jornalista, educador e crítico literário brasileiro. Foi um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras.

brasileiras com as obras clássicas europeias de Charles Perrault, Irmãos Grimm e Andersen². Em 1915, em São Paulo, a Editora Melhoramentos, sob a direção do educador Arnaldo de Oliveira, também inaugura uma coleção infantil que teve como primeiro volume *O patinho feio*, de Andersen, sendo este o primeiro livro impresso colorido no país. Antes de Figueiredo Pimentel, outros escritores se dedicaram à tradução de obras literárias, porém de forma ainda esporádica.

As adaptações do modelo literário europeu trazido ao Brasil neste primeiro momento da literatura infantil iniciaram um novo projeto educativo ideológico, tanto nos textos infantis quanto na educação, um movimento “de cunho cívico-patriótico” (COTRIM, 1987, p. 283) que teve como participante ativo o poeta Olavo Bilac (1865-1918). As obras criadas neste período tinham como objetivo mostrar as belezas do povo brasileiro e o amor pela pátria, transpondo uma imagem heroica do país.

Veríssimo (1985), por sua vez, faz uma crítica a esta fase inicial da literatura quanto às traduções europeias e suas contribuições para a educação nacional.

A literatura – causa e efeito do espírito de um povo mas, no espírito inicial, antes efeito que causa – a literatura, como aliás tem sido assaz notado, não procurou nem inspirar-se no espírito popular, nem dirigi-lo [...] Quase se pudera dizer negativa a ação da literatura, que ela transviou, ou pela servil imitação clássico-portuguesa, ou pela errada compreensão do Romantismo e, presentemente, do Naturalismo, ou pela inteligente imitação estrangeira, francesa principalmente. (VERÍSSIMO, 1985, p. 58).

Neste período da primeira república em que priorizava-se o ensino moral e cívico um exemplo literário italiano “ *Le tour de la France par deux garçons e Cuore*” (Viagem através da França por dois meninos) de G. Bruno, publicado em 1877, ganhou várias traduções e serviu de inspiração para o livro “Através do Brasil” (1910) de Olavo Bilac e Manuel Bonfim. O enredo narra a viagem de dois irmãos órfãos e um amigo pelo Brasil. O livro traz valores ideológicos que condizem com os movimentos patrióticos da época (COELHO, 1985)

² Charles Perrealt: nasceu em Paris, França em 12 de janeiro de 1628. Faleceu em 16 de maio de 1703.

Irmãos Grimm: Jacob (1785-1863) e Wilhelm (1786-1859) nasceram na cidade de Hanau, estado de Hessen, Alemanha.

Hans Christian Andersen: nasceu em Odense em 2 de abril de 1805 e faleceu em Copenhague em 4 de agosto de 1875. Ambos, municípios dinamarqueses.

De modo geral, Coelho (1985) afirma que todas as obras de cunho infantil e juvenil condizentes com este período (sejam elas traduções ou obras originais), revelam valores ideários da época que deveriam ser transmitidos aos leitores em questão, sendo estes: nacionalismo, intelectualismo, tradicionalismo cultural, moralismo e religiosidade.

Um grande expoente da literatura infantil que cabe afirmá-lo ser “[...] o divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o Brasil de hoje” (COELHO, 1985, p. 185), foi Monteiro Lobato cujo qual “[...] rompe, pela raiz, com as convenções estereotipadas e abre as portas para as novas ideias e formas que o nosso século exigia” (COELHO, 1985, p. 185).

Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882 em Taubaté, São Paulo. Ainda pequeno aprende a ler, escrever e contar com sua mãe e com o professor particular Joviano Barbosa e aos sete anos ingressa na vida escolar. Seu encanto e trabalho com a literatura iniciou cedo, na adolescência fazia crônicas ao jornal da escola, fato que se consolidou posteriormente ao cursar Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, pois dedicou-se à escrever artigos ao jornal estudantil do qual veio a se tornar presidente (MARTINELLI, 2011)

O célebre escritor e crítico social empenhou-se por muitos anos a escrever para o público adulto no qual uma das obras mais conhecidas é *Urupês*, que retrata de forma crítica a figura e a vida do homem rural, o caipira.

No início da década de 1920, Lobato tornou-se proprietário da Revista do Brasil. Neste período o escritor adentrou uma nova fase de sua vida em que, percebendo a necessidade de se produzir livros destinados às crianças com assuntos de interesse das mesmas, escreve em 1921 *A menina do nariz arrebitado*. A história integra personagens conhecidos até os dias atuais como: Dona Benta, Narizinho, Emilia, Pedrinho, Visconde de Sabugosa e Tia Nastácia que compõem o *Sítio do pica-pau amarelo*.

A obra repercutiu de tal maneira que foi integrada ao sistema de educação pública do estado de São Paulo, agora sob o título de *Narizinho arrebitado*. “O poder do faz-de-conta garante o sucesso desta nova fase de Lobato com o gênero infantil” (MARTINELLI, 2011, p. 20)

Empenhado em escrever para o público infantil Monteiro Lobato funda a editora Monteiro Lobato e Cia., acompanhada da Companhia Editora Nacional e da Brasiliense.

No início, as obras de Lobato eram praticamente solitárias no que diz respeito a essa nova produção literária destinada ao público infantil. Com o passar do tempo essas produções começaram a interessar as editoras como a Melhoramentos e a Editora do Brasil, que se dedicavam “quase que exclusivamente ao mercado constituído pela infância” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p.46). “As modificações revelam o limiar de uma nova era, não apenas da literatura, mas da sociedade brasileira, dando lugar a uma arte de orientação pós-modernista.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 46)

Em 1944, Lobato produz o último livro do *Best-seller Sítio do pica-pau amarelo* intitulado *Os doze trabalhos de Hércules* e falece quatro anos depois. Com a referência do ilustre escritor muitos outros se dedicaram a produzir literaturas destinadas às crianças.

Importa-se destacar que em certo período as obras de Monteiro Lobato foram grandemente criticadas, chegando a serem proibidas em alguns colégios. As obras lobatianas, principalmente *História do mundo para crianças* (1933) e *Geografia de D. Benta* (1935) foram condenadas no Brasil por apresentarem “distorções” ou livres interpretações da história, o que na visão do autor são verdades que devem ser do conhecimento das crianças que serão os *Homens de amanhã*. O fato repercutiu em Portugal que proibiu a circulação do livro *História do mundo para crianças* (COELHO, 1985)

Além de Monteiro Lobato, Salem (1970) destaca outros pioneiros da literatura infantil como: Thales Castanho de Andrade (1890-1977), Gustavo Barroso (1888-1959), Manuel José Gondim da Fonseca (1899-177) e Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927), entre outros. Também distingue alguns precursores deste movimento literário como: Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Neto (1864-1934), Arnaldo de oliveira (1869-1925) e Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914).

CONCEITO DE INFÂNCIA NO BRASIL REPÚBLICA 1889-1930

A criança nem sempre foi vista como um indivíduo que deve ser estimulado, protegido e respeitado que, assim como os adultos, também possui seus centros de interesses. Postman (2011) ressalta que na Idade Média a criança era vista como adulto em miniatura, isto se exemplifica em relação à educação. Os meninos começavam a estudar aos 10 anos aproximadamente e com isso passavam a morar sozinhos em alojamentos, as salas de aulas eram compostas por crianças e por

adultos de diferentes idades. As crianças ainda possuíam algumas regalias adultas como o acesso às tavernas e aos prazeres eróticos.

Boto (2002, p. 14) afirma que este período Renascentista, final da Idade Média, “projeta na criança a argamassa a ser engendrado na maturidade. Contudo, visivelmente, havia alguma dificuldade em retratar a criança”.

Pode-se perceber que desde seus primórdios, o conceito e a formação da criança esteve intrinsecamente ligado à educação e à família. Tratando-se ainda da Renascença Boto (2002) ressalta que este pequeno indivíduo era percebido pelas carências que possuía em relação ao adulto. Assim, a criança era aquele que necessitava de uma formação a fim de que lhe fosse suprido o direito à proteção, ao cuidado e, por outro lado, fosse “regulado, adestrado, normalizado para o convívio social [...] de modo que o adulto pudesse surgir pelo equilíbrio” (BOTO, 2002, p. 16).

Segundo Postman (2011) apenas ao final do século XVII que a infância passa a ser reconhecida como uma característica de ordem natural. Desta forma aumenta-se a preocupação com a criança e a necessidade de protegê-la e separá-la do mundo adulto.

Lajolo e Zilberman (1999) também afirmam a nova imagem assumida pela criança perante a sociedade do início do século XVIII:

A criança passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária. Toda via, a função que lhe cabe desempenhar é apenas de natureza simbólica, pois se trata antes de assumir uma imagem perante a sociedade, a de alvo de atenção e de interesse dos adultos, que de exercer uma atividade econômica e comunitariamente produtiva, da qual adviesse alguma importância política e reivindicatória. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 17)

Postman (2011) ainda compreende que esta separação entre a infância e o mundo adulto tornou-se necessária, pois incutiu-se na cultura da criança a aprendizagem da leitura e a escrita, reconhecendo as novas exigências de uma sociedade letrada. De igual forma, Lajolo e Zilberman (1999) ressaltam que até o século XVIII, a escola era tida como facultativa e até mesmo dispensável, mas a partir de então, “a escolarização converte-se aos poucos na atividade compulsória

das crianças, bem como a frequência às salas de aula, seu destino natural.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 17)

Tratando-se do Brasil no período da Primeira República ou República Velha, há de se analisar a conceitualização da infância por meio da compreensão do sistema e ideais educativos da época.

Nagle (1978) enfatiza que no final do Império havia certas discussões acerca do sistema educacional, tendo em vista a precariedade em que o mesmo se encontrava. No início da República algumas ideologias foram executadas, porém, exceções diante do quadro em que o Brasil encontrava-se. Após a luta e conquista de um novo regime estatal houve um “arrefecimento” no que se diz respeito à procura de novos programas educacionais. Duas premissas ideológicas, entretanto, ganharam força: a reforma de Benjamim Constant³ e sob a direção de Caetano de Campos, em São Paulo, com princípio democrático-liberal, ambas em 1890.

A reforma de Benjamim Constant foi um decreto (nº 981) aprovado em 8 de outubro de 1890 que instituiu o ensino livre e gratuito, sendo oferecido em escolas públicas com modalidades de 1º e 2º grau. No 1º grau cursaria crianças de 7 a 13 anos e no 2º de 13 a 15 anos. Algumas escolas seriam distintas para cada sexo, porém alunos do sexo masculino até 8 anos poderiam estudar nas escolas de 1º grau para meninas.

Além das lições básicas de leitura, escrita e cálculo, os alunos do 1º grau aprenderiam geografia e história do Brasil, noções de ciências físicas e história natural, geometria prática e sistema métrico, desenho, trabalhos manuais (para meninos) e trabalhos de agulhas (para meninas), elementos da música, lições práticas de agronomia, exercícios militares, e em especial, instrução moral e cívica. O ensino seria dividido em três modalidades elementar para crianças de 7 a 9 anos, médio para as de 9 a 11 anos e o superior para as de 11 a 13 anos, sendo que ambos os níveis deveriam ser instruídos em todas as disciplinas apresentadas considerando apenas o aprofundamento dos temas mediante cada faixa etária.

O decreto segue ordenando o ensino do 2º grau, as especificidades da equipe pedagógica, a formação dos profissionais da educação, as características

³ Benjamim Constant (1852 – 1891), militar e professor, foi um defensor do positivismo no Brasil e dos ideais republicanos, sendo grande admirador de Augusto Comte. Abolicionista, foi um dos fundadores da República brasileira. No dia da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 esteve diante das tropas que executaram o golpe e derrubaram o Segundo Império.

físicas da instituição, o salário dos funcionários e a quantia revertida pelo Governo Federal para a educação.

O outro movimento em torno da educação que teve como diretor Caetano de Campos teve seu enfoque no ensino normal para a formação de professores. Segundo Almeida (1995) esta reforma na Escola Normal foi a mais significativa no que se diz respeito a alteração no ideal de formação prática de professores.

A escola normal era uma importante forma de garantir a escolarização e a formação profissional, principalmente do público feminino, porém em muitos casos, em geral a classe média, as mulheres procuravam o curso apenas com o intuito de aprimorar sua educação, sem a preocupação se dedicar ao magistério. Eram as moças das classes baixas que viam no curso uma oportunidade de formação para ingressar no mercado de trabalho. Esta busca pela formação tratava-se das ideias republicanas das quais também ganhavam força o movimento pelo aprimoramento da educação da mulher (ALMEIDA, 1995).

Caetano de Campos passou a administrar a Escola Normal Paulista logo após a Proclamação da República e tinha como tarefa implantar na escola inovações que proporcionassem futuramente a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. A reforma de Caetano de Campos efetuada pelo decreto de 12 de março de 1890 foi fortemente influenciada pelos pensamentos positivistas e pelo ideal pedagógico de Rangel Pestana. Tal reforma teve como princípios a escola pública universal, gratuita, obrigatória e laica, “colocando a formação do professor como fator fundamental para toda a reforma do ensino” (ALMEIDA, 1995, p. 673).

A Escola Modelo Superior fundada em São Paulo foi o grande marco desta reforma, pois serviu como exemplo de formação prática dos professores, embasando as propostas de ensino nos pensamentos de Comenius (1592-1670) e Pestalozzi (1746-1827). Com a Escola Modelo os profissionais da educação em formação tinham a oportunidade de desenvolver a prática do ensino juntamente com a teoria, fazendo com que pelo decreto de 12 de março de 1890, esta disciplina de prática tornasse currículo obrigatório para o curso de magistério.

Mortatti (2006, p. 2) afirma que no início do período republicano brasileiro, a educação ganhou espaço como “utopia da modernidade”:

A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do 'esclarecimento das massas iletradas'. (MORTATI, 2006, p. 2)

O tradicionalismo, o sentimento cívico-patriótico e a devoção pelas riquezas do país passaram a fazer parte do ideário que visava a reforma da educação popular. José Veríssimo (1985, p. 57) utiliza do parecer de Rui Barbosa em que justifica esta reforma do ensino:

[...] Tereis instituído realmente a educação popular, se a escola não derramar no seio do povo a substância das tradições nacionais? Se não comunicar ao indivíduo os princípios sociais que o envolve? Se não imprimir no futuro cidadão idéia exata dos elementos que concorrem na vida orgânica do município, da província, do Estado? Se não lhe influir o sentimento do seu valor e da sua responsabilidade como parcela integrante da entidade nacional?⁴ (VERISSIMO, 1985, p. 57)

Na passagem do século XIX ao XX, o Brasil vive um deslocamento das influências europeias para o EUA, isto torna-se evidente com a criação do Dia da Criança, no 3º Congresso Americano da Criança que aconteceu juntamente com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro em 1922. Assim, neste “novo mundo” a criança deveria ser educada segundo o espírito americano. (KUHLMANN JR., 2000)

José Veríssimo (1985) enfatiza o ideário da instrução pública dos Estados Unidos, pretende conservar a unidade escolar em seu caráter nacional e democrático, formando o espírito público que caracteriza cidadão americano. De igual forma o culto patriótico que os entusiasma em todo o festejo de 4 de julho.

A partir de 1915, o Brasil configura-se neste novo momento em defesa pela nacionalização. Este ideal foi difundido principalmente no regime educacional (nas escolas primárias, tidas como escolas populares). Neste contexto, a formação educacional seria responsável pelo processo de “republicanização da República” (NAGLE, 1978, p. 262).

Nesta fase da história surgem vários movimentos em prol da nacionalização, entre eles a Liga de Defesa Nacional (1916) difundida em consequência das conferências de Olavo Bilac. Este movimento tinha por ideal:

[...] clamar contra a 'gravidade da nossa situação moral', cujo remédio se encontra, de um lado, no serviço militar, para fazer frente ao perigo externo representado pela cobiça internacional, de outro, na instrução, para combater o perigo interno, que se manifesta pela quebra de unidade, pelo depauperamento do caráter, pelo definhamento do patriotismo [...] (NAGLE, 1978, p. 262)

A preocupação com o ensino da língua Pátria, História e Geografia, passa a aumentar. Veríssimo (1985) relata que os conhecimentos acerca da geografia brasileira eram muito precários, isto fazia com que o ensino desta matéria se resumisse a nomenclatura principalmente de países europeus. A história trabalhada também era enfocada em países europeus, estudando-lhes a cultura cívica e moral do país. A isto faz-se a crítica de que nas escolas, não se deveria ensinar lições alheias à realidade do povo brasileiro

[...] em vez de exclusivamente nos ensinarem o que é e como se prepara a lã ou o vidro, ou uma casa por processos europeus; como nos devemos aquecer, nós que não temos disso necessidade, e quais os usos e empregos de madeiras e outros materiais que não possuímos, nos mostrem o que é e como se cultiva a borracha, quais os seus empregos e qual a higiene profissional do seringueiro; [...] a cultura do café, do cacau, da cana de açúcar ou do algodão [...] como se deve construir a casa brasileira, para que ela satisfaça plenamente às exigências da higiene, do conforto e das necessidades especiais do nosso clima. (VERÍSSIMO, 1985, p. 55-56)

Os ideários educacionais deste período, entretanto, segundo Kuhlmann Jr. (2000) promoveram às massas uma pedagogia assistencialista que preparava a classe baixa a aceitar a submissão e exploração social. A essas eram transmitidos

⁴ Câmara dos Deputados. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública.** Parecer e projeto. Rio de Janeiro, 1883, p. 3.

apenas os sentimentos nacionalistas desvinculados dos conhecimentos científicos. Veríssimo (1985, p. 62) afirma que

Nunca tivemos vida intelectual, porque nunca tivemos movimento científico, movimento literário ou movimento artístico e esses, a um tempo fatores e resultantes da civilização, a Ciência, a Arte, a Literatura foram apenas apanágio de uma limitada minoria antes afastada que intrometida no movimento geral da Nação e jamais influenciaram a massa popular.

As discussões acerca dos movimentos nacionalistas aconteceram pela percepção idealizada de que a educação poderia ser a solução para todos os problemas sociais condizentes com a época. A “incultura” reinante e a “ignorância popular”, fruto da ausência de patriotismo, assim como a falta de formação técnica, são as causadoras das dificuldades econômico-financeiras do país, que por sua vez, poderiam ser eliminadas com virtude da educação, formadora do caráter e das forças produtivas (NAGLE, 1978).

Neste contexto, pode-se perceber que a criança era vista como o futuro da nação. O indivíduo no qual deveria ser ensinado, tanto em formação técnica quanto em moral e cívica, a fim de que trabalhe para o crescimento e reconhecimento da nação. “Suscitaremos a educação cívica donde sairá o sentimento nacional e com ele o amor da nossa Pátria, indispensável para a fazermos grande, poderosa e invejável” (VERÍSSIMO, 1985, p. 60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil no final do século XIX passava por inúmeras transformações nos âmbitos político, econômico e social. O início da república, a modernização e o desenvolvimento da sociedade, trouxeram questionamentos acerca das necessidades deste novo momento histórico. O país precisava de uma nova “identidade”, de uma filosofia que o tornasse uma “nação”.

A educação, como pensamento utópico na qual se destina todas as tentativas de aperfeiçoamento social, serviu como propulsora desse novo ideário republicano e nacionalista. Coube às instituições de ensino incutir o espírito nacional na população brasileira. Para tanto, buscou-se formas para que facilitasse o acesso da população ao ensino. As reformas na educação aconteceram tanto no ensino regular com

Benjamim Constante quanto na formação de professores com Caetano de Campos. Ambas significativas para a educação aconteceram no ano de 1890, junto com o nascimento da república brasileira.

Busca-se com a educação formar o novo cidadão brasileiro. Neste momento nasce um novo olhar sobre a infância, atento ao ensino desta criança para que se torne participante do povo republicano, a fim de desenvolver o ideal de nação.

A valorização do ensino e a preocupação que se instalara no país com a instrução infantil trouxeram questões acerca da qualidade de materiais de leitura disponibilizados que, até então eram condizentes com a realidade européia. Havia, assim, a necessidade de escrever literaturas afins com as crianças brasileiras e que fossem compostas pelo sentimento nacionalista que concretizou este período histórico.

Autores ilustres como Monteiro Lobato, Olavo Bilac, entre outros se dedicaram a escrever para um povo que se desenvolvia em meio às transformações sociais e econômicas da primeira república. As literaturas traziam em si um ideário republicano, repletas de ensino moral e cívico e que enfatizavam as belezas da nossa terra e o amor à pátria.

Portanto, justifica-se que o surgimento da literatura infantil no Brasil esteve significativamente ligado ao novo olhar que se tinha da infância. A educação, a formação dos professores, o ensino gratuito, as disciplinas, os livros de leitura, a história e a geografia, as noções de agronomia, a literatura infantil: todos caminhavam para uma educação moral e cívica, a fim de formar o novo cidadão brasileiro, pertencente a um Estado Republicano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846 – 1920): revendo uma trajetória. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 76, n. 184, p. 665-689, set./dez. 1995.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar; Kuhlmann Jr., Moysés. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11-60.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890**. Brasília: DF, 1890.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama Histórico da Literatura Infantil-Juvenil:** das origens indo-européias ao Brasil contemporâneo. São Paulo: Ática, 1985, 320 p.

COTRIM, Gilberto. Da república Velha ao Estado novo. In: _____. **Educação para uma escola democrática:** história e filosofia da educação. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 280-290.

KUHLMANN JR., Moysés. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, s/v., n.14, p.5-18, maio/ago., 2000.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira:** história e histórias. São Paulo: Ática, 1999, 192 p.

MARTINELLI, Laís Pacifico. **Monteiro Lobato e a educação:** o ideário pedagógico expresso na personagem Dona Benta. 2011. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE.** Brasília: 2006, p. 1-16.

NAGLE, Jorge. A educação da primeira república. In: _____. **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro: São Paulo, 1978, p.261-291.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 2011, 192 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. A organização escolar no contexto da crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e da tentativa de incentivo à industrialização (1870-1894). In: _____. **História da educação brasileira:** a organização escolar. Campinas: Autores associados, 1993, p. 69-76.

SALEM, Nazira. **História da Literatura Infantil.** São Paulo: Mestre Jou, 1970, 198 p.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional.** Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, 199 p.